



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16715 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

MEMÓRIA E MAGISTÉRIO: O PERFIL BIOGRÁFICO DAS PROFESSORAS QUE NOMEIAM AS RUAS DE IJUÍ-RS

Ana Laura Arnhold - UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Maria Simone Vione Schwengber - UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

MEMÓRIA E MAGISTÉRIO: O PERFIL BIOGRÁFICO DAS PROFESSORAS QUE NOMEIAM AS RUAS DE IJUÍ-RS

RESUMO: Este texto objetivou analisar as biografias das mulheres que nomeiam as ruas de Ijuí-RS. O recorte da pesquisa se dedicou às biografias de professoras. Foi realizada uma análise qualitativa documental a partir da Análise do Discurso foucaultiana (2024), dos registros presentes no site “As mulheres que estão no mapa”, produzido pelo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP, 2024). Dentre as 755 ruas oficiais de Ijuí-RS, 590 estão inscritas com nomes de homens, enquanto apenas 49 com nomes de mulheres. Além dos dados quantitativos que indicam a generificação da memória na cidade, salientamos que o trabalho/profissão parece desempenhar um efeito determinante no prestígio social descrito em algumas biografias. À medida em que se acompanha as datas de oficialização, é perceptível que há uma diminuição de professoras sendo homenageadas a partir de 2000, enquanto o período de maior reconhecimento social para professoras se dá no período de maior prestígio pelo magistério. Entretanto, as homenageadas após 2000 possuem outras profissões, o que indica que outras carreiras têm ganhado destaque na produção de memórias de mulheres nas ruas de Ijuí-RS.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mulheres. Trabalho. Escola Normal.

A ocultação e o silenciamento das histórias e memórias das mulheres é um fato consolidado, como citado por Perrot (2019), que aborda a (in) visibilidade das mulheres na história geral. A autora (2019) reforça que as marcas de memórias deixadas pelos sujeitos no decorrer do tempo estão relacionadas às possibilidades de utilização livre dos espaços públicos em vida. Historicamente, os espaços públicos são negados às mulheres não só pelo

medo do assédio e da violência, mas também pela exclusão de suas marcas na inscrição memorial nas cidades.

Com base em Candau (2021), entendemos a memória como sendo um processo essencialmente social, apesar de nem sempre ser coletivo. Para o autor, “Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças.” (Candau, 2021, p. 35). Em concordância, Rodrigues (2021) afirma que a nomeação de espaços públicos com nomes de pessoas é um ato de rememoração e celebração dessas vidas, como uma extensão de um ritual fúnebre. Já que o processo de escolha de um nome para um espaço público geralmente fica ao encargo do poder legislativo, especificamente da Câmara Municipal de Vereadores, Rodrigues (2021, p. 84) aponta esse processo como “uma política oficial do luto [...] como forma de inscrever esses nomes na história”.

Rodrigues (2021) exemplifica a morte de Marielle Franco, vereadora assassinada em 2018, como um processo de produção do luto que se deu a partir de uma indignação e horror coletivos, pautado também pela representatividade política de Marielle, sendo uma mulher negra, lésbica e periférica atuante em prol de grupos socialmente vulneráveis. Logo após a morte da vereadora, houveram tentativas de inscrição de sua memória com placas provisórias que cobriam os nomes de outras ruas, com o intuito de chamar a atenção ao movimento e às investigações de sua morte, mas houve represália por parte de representantes políticos da direita conservadora, que inclusive optaram por quebrar algumas placas, em uma atitude simbólica de que não havia espaço para ela na memória.

E esse lugar, frequentemente interditado de ser ocupado por determinados sujeitos, amplifica o atributo privado de espaços que, em teoria, deveriam ser públicos e de acesso livre a todos os cidadãos. Isso se reflete, inclusive, na dinâmica da escolha dos nomes de ruas e outros lugares. Por isso, com base em Zanatta, Granville e Campos (2022), entendemos que o ato de nomear um lugar, lhe confere representação, identidade e valor, sobretudo na constituição da toponímia - nomes de lugares - de uma cidade.

A partir dos pressupostos foucaultianos (2014), entendemos a toponímia como um conjunto de práticas discursivas que eternizam e reproduzem, a partir da nomeação de um espaço, relações políticas e sociais vigentes. No que se refere à utilização de nomes de pessoas para efeito de homenagem, há uma série de procedimentos discursivos de exclusão necessários para a escolha do nome de um indivíduo. Esses procedimentos estão vinculados às relações de poder estabelecidas na sociedade, em especial nas desigualdades de gênero, raça e classe social.

Acerca das desigualdades entre homens e mulheres na produção da memória e da história, podemos inferir que a baixa representatividade de mulheres na toponímia de uma cidade pode estar atrelada também a pouca valorização das atividades laborais das mulheres, considerando o trabalho exercido por elas como menos merecedor de reconhecimento e, conseqüentemente, com menos chances de homenagem póstuma.

Fundamentadas em Borelli e Mattos (2015), entendemos o trabalho como uma atividade imprescindível para a sobrevivência humana e para a articulação de práticas sociais que ocorrem devido a lógica hierárquica de poder, em que a distribuição dos diferentes trabalhos ocorrem de acordo com as desigualdades institucionalizadas, sobretudo acerca das relações de gênero.

O trabalho docente é historicamente marcado pela generificação, inicialmente pela atribuição de condutas de uma extensão do cuidado e da maternidade às mulheres. Mesmo que as mulheres tenham conquistado e ocupado outras categorias de trabalho, ainda há resquícios herdados de um imaginário de professora, sobretudo da educação infantil e ensino fundamental, construídos a partir da Era das normalistas com formação pelo magistério, como bem fundamenta Louro (2022).

Pensando nisso, objetivamos identificar de que forma as professoras são lembradas a partir da inscrição memorial de seus nomes nas ruas da cidade de Ijuí -RS, buscando compreender as transformações percebidas acerca do destaque social de mulheres e suas profissões. Ainda, justificamos que Ijuí é uma cidade de médio porte e com relevância educacional no estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2022), em especial pelas ações culturais e acadêmicas, sendo, portanto, relevante pensar as memórias da cidade sob a lente de gênero e do magistério.

Com base nessa problematização, foram analisados, de modo qualitativo documental, os registros biográficos das mulheres que nomeiam as ruas da cidade de Ijuí - RS, com enfoque nas professoras. Para a presente escrita, foi delimitada a análise de 3 biografias de professoras. Ressaltamos que esse texto é um recorte de uma pesquisa maior, na qual o restante das análises está contemplado.

Os pressupostos metodológicos são baseados na Análise do Discurso (Foucault, 2014), que leva em consideração as relações de poder a partir de procedimentos internos e externos do discurso, sobretudo de exclusão. As biografias documentadas estão disponíveis no site da exposição virtual *As mulheres que estão no mapa*, produzida pelo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP, 2024).

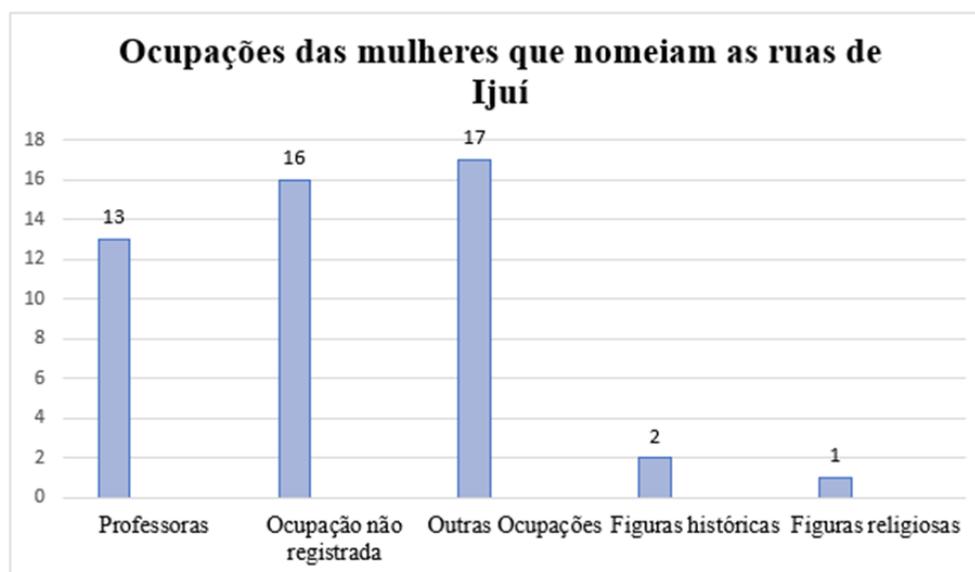
Iniciamos a discussão e análise pensando a constituição da memória e da história como processo predominantemente patriarcal (Perrot, 2019), em que as existências e feitos estão majoritariamente vinculados às atividades dos homens, sobretudo brancos e de classe social privilegiada. As mulheres que tiveram algum destaque histórico estão, frequentemente, associadas aos grandes homens que acabam por desfrutar do prestígio de modo mais contundente.

Para Barelli e Motta (2015), mesmo havendo a extensa participação das mulheres na ascensão da humanidade, suas atividades se mantiveram no anonimato, mesmo aquelas executadas fora do núcleo doméstico. De acordo com Barelli e Motta (2015, p. 641), “o trabalho feminino era tolerado como uma fatalidade da pobreza e/ou resultado da ausência do

provento adequado, também identificado como atividade transitória - que deveria ser interrompida por ocasião do casamento ou do nascimento de um filho [...]”. Tais transformações trabalhistas deram espaço, também, à generificação do trabalho remunerado, em que a profissão de professor passa a ser considerada ideal para mulheres, em geral brancas, da classe popular média e baixa.

Portanto, entendemos que há uma distribuição generificada dos nomes das ruas da cidade de Ijuí-RS, evidenciada pela discrepância entre as 590 ruas com nomes de homens, enquanto apenas 49 possuem nomes de mulheres, em um total de 755 ruas oficializadas. Há diferenças, inclusive, na composição biográfica que acompanha o nome do homenageado. Os registros biográficos tendem a ser textos curtos, mas os das mulheres possuem uma quantidade consideravelmente reduzida de caracteres, principalmente no que diz respeito ao trabalho. No Gráfico 1, é possível verificar a distribuição das atividades e/ou ocupações das mulheres que dão nomes às ruas.

Gráfico 1- Ocupações das mulheres homenageadas com nomes de ruas na cidade de Ijuí-RS.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Na análise geral das biografias, há elementos discursivos que revelam a valorização do magistério como possibilidade formativa para mulheres, sendo uma profissão muito incentivada pelas famílias rurais e operárias no período de 1950 a 1970.

No Gráfico 1, há 13 professoras nomeadas, um número pequeno se comparado à totalidade de mulheres e, mais ainda, se comparado à maioria de homens. De todo modo, é pertinente explicitar que em relação às demais categorias, as professoras se sobressaem em razão da especificidade do trabalho.

Ainda, ressaltamos que a nomeação de espaços públicos com nomes de pessoas é feita sempre em caráter póstumo, sendo proibida a nomeação de pessoas vivas. Portanto, as datas

de oficialização das ruas são feitas tardiamente. Para as professoras, as oficializações das ruas de Ijuí-RS ocorreram entre 1970 a 1990, em concordância com o período de formação normalista (magistério), que para Louro (2022), constitui um marco de consolidação das mulheres no mercado de trabalho durante as décadas de 1950 a 1960. Ainda, Louro (2022) afirma que a implementação da Escola Normal marcou o início dos chamados “anos dourados” da educação brasileira, em que as transformações formativas proporcionaram maior chance de acesso intelectual e profissional às mulheres, ainda que fortemente marcada pela desigualdade de gênero. O reconhecimento das carreiras das professoras normalistas foi mais acentuado na década de 80, o que também condiz com as datas de oficialização das ruas de Ijuí-RS.

Dentre os registros analisados, optamos por apresentar 3 biografias. Iniciamos com a professora Anna Ukstin Garros, que ao longo de sua carreira no magistério lecionou para 1.043 alunos. O dado quantitativo é um recurso discursivo que evidencia o impacto social realizado por ela durante seu trabalho em vida. Lecionou em escola municipal no período de 1931 a 1955, condizente com o período normalista. Teve seu nome inscrito oficialmente em uma rua em 1976.

Na sequência, a Professora Alice Couto, que além de nomear uma rua, nomeia também uma instituição pública de educação básica, a escola EEEF Alice Couto.

Iniciou a carreira como professora estadual, assumindo [no] Collegio Elementar de Ijuhy (atualmente Ruizinho) onde ficou até 1938. Mudou-se para São Leopoldo, Santo Ângelo e Cruz Alta, onde também foi professora e exerceu o cargo de diretora de escolas. Retornou a Ijuí em 1948, ocupando o cargo de orientadora municipal de educação, até 1954 quando retornou às aulas no Grupo Escolar Ruy Barbosa (Ruizinho). Em março de 1959 foi cedida à Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, retornando ao Ruizinho em 1970, onde ficou até seu falecimento em [...] 1975. A rua em sua homenagem foi instituída em 1976. (MADP, 2021, online)

Não há informações sobre a formação de Alice Couto, mas se presume que o início da carreira se deu por meio do magistério para, posteriormente, atuar como formadora de professores em uma Escola Normal.

Já na biografia de Ângela Maria Lucchese, consta que fez o magistério na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, atuando posteriormente em escola particular. A faculdade de Estudos Sociais foi interrompida por seu trágico falecimento em 1980, aos 23 anos. Mesmo jovem, foi atleta, catequista, e atuou como militante do PCdoB. (MADP, 2024). É possível pensar que a formação normalista possibilitou impulsionar a busca pelo ensino superior, e conquistar espaços menos ocupados por mulheres.

Ainda, entendemos que à medida em que as datas de oficialização das ruas avançam para os anos 2000 a 2010, mulheres com outras ocupações e trabalhos passam a integrar a toponímia da cidade de Ijuí. A partir dos anos 2000, mulheres médicas, policiais, atletas, figuras políticas, comerciantes e trabalhadoras rurais, passam a ser escolhidas para essa homenagem póstuma.

Além disso, salientamos, com base em Louro (2022), que a carreira do magistério estava destinada predominantemente às mulheres brancas de classe média ou classe média-baixa, havendo, portanto, fatores sociais, raciais e culturais que viabilizavam a adesão de algumas mulheres ao mercado de trabalho. A inscrição de nomes nas ruas também é um processo atravessado pelas relações de poder (Foucault, 2014), em que apenas algumas mulheres passam a ocupar esse espaço de memória, já restrito devido às dinâmicas patriarcais.

Entretanto, a evidência de prestígio não reside apenas nas biografias, mas também, no período da oficialização. À medida que novas mulheres passam a integrar a memória da cidade, observa-se que há diminuição das professoras, e o aumento de profissionais de outras áreas. Ao mesmo tempo em que há um caráter positivo acerca do reconhecimento das mulheres ocupando outros cargos, podemos inferir uma possível diminuição do prestígio da carreira de professora.

Em síntese, as professoras que nomeiam as ruas de Ijuí-RS tiveram maior relevância social em um contexto histórico de admiração à figura da professora, amplamente evidenciada no período da Escola Normal. Por outro lado, mulheres trabalhadoras em diferentes áreas passaram a ocupar espaços de maior destaque, indicando uma constante mudança nos requisitos para inscrições de memórias. Por fim, ressaltamos que a produção memorial, sobretudo no que tange a toponímia de uma cidade, é resultado de disputas de poder que operam nas práticas discursivas de inclusão e exclusão de determinados sujeitos, que podem ou não terem um espaço reivindicado, mesmo que pequeno, nas páginas da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORELLI, A.; MATTOS, M. I. Trabalho. *In*. COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. **Dicionário Crítico de Gênero**. Editora UFGD. 682 p. 2015.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*. PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla B. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

MADP. **As mulheres que estão no mapa**. Fidene, Ijuí -RS, 2024. Disponível em: <https://sites.google.com/unijui.edu.br/mulheres/in%C3%ADcio?authuser=0>

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

RODRIGUES, C. **O luto entre clínica e política**: Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ZANATTA, Y. P.; GRANVILLE, N. C.; CAMPOS, F. R. G. Toponímia, simbolismo e poder: estudo do nome dos municípios do norte do Rio Grande do Sul. **Caderno de Geografia**. v.32, n.68, 2022.